

1º de maio de luta e resistência em defesa dos direitos e da democracia

Há 136 anos os trabalhadores saíram às ruas de Chicago (EUA) no 1º de maio para pedir redução da jornada de trabalho e melhores condições de vida. Com isso, marcaram a data como o Dia do Trabalhador, lembrado em vários países. Agora, no Brasil, eles tomam novamente os espaços públicos para impedir que a democracia e os direitos conquistados sejam solapados pelos setores de direita do país. Nesta linha, foi realizado nesse domingo (1º/5) o Ato Unificado Contra o Golpe, organizado pela CUT Brasília e as frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, no estacionamento da Torre de TV, em homenagem ao Dia do Trabalhador.

Embora o grave cenário de crise política, que teve como mola propulsora a mídia monopolizada e parlamentares ligados à bancada BBB – da bala, do boi e da bíblia –, o sentimento dos trabalhadores do DF é de coragem e resistência. No ato unificado deste 1º de maio, cartazes e faixas denunciavam o golpismo naturalizado pelos meios privados de comunicação e afirmavam a disposição de luta do conjunto dos movimentos de esquerda, que reaprendeu nos últimos meses a tolerar as divergências e unificar a luta em defesa da pauta comum.

“Se lá (no Congresso Nacional) eles têm golpistas, aqui nós temos resistência e luta”, discursou o presidente da CUT Brasília. Segundo ele, aqueles que são favoráveis ao impeachment da presidenta Dilma “atacarão os direitos da classe trabalhadora através de projetos de lei que estão no Congresso Nacional, como o PLC 30 – antigo PL 4330, na Câmara –, que precariza as relações de trabalho; o PLP 257, que abre o capital das empresas estatais ao setor privado; além do ataque às conquistas da sociedade e aos direitos das minorias

sociais, que sempre foram perseguidas e marginalizadas e, agora, correm o risco de perder tudo que foi conquistado”.

Para o dirigente nacional da CUT, Ismael José Cesar, “mesmo sendo consumado o golpe de Estado, a vida dos golpistas não vai ser fácil”. “Será um período de muita luta, com greves, atos, paralisações, ocupações de terra. A gente não vai deixar eles fazerem o que querem; não aceitamos nenhum passo atrás”, afirma o dirigente sindical.

Além dos trabalhadores da cidade, participaram do Ato Unificado Contra o Golpe os trabalhadores do campo, que também temem os retrocessos avistados com a implementação do golpe, mas enfrentam a situação com coragem. “Para nós que somos do campo, um dos principais entraves à nossa luta caso o golpe se consolide será o fim do diálogo. Tudo que foi conquistado por nós até hoje foi viabilizado pelo diálogo. Para somarmos força contra o retrocesso, chegamos a suspender o Grito da Terra, que traz pautas específicas dos nossos trabalhadores, para, junto com outros segmentos da Frente Brasil Popular, dizermos não ao golpe. Para além da luta pelos trabalhadores do campo, está a luta pela democracia”, disse a dirigente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Alessandra Lunas.

A deputada Érika Kokay (PT-DF) e a senadora Fátima Bezerra (PT-RN) também marcaram presença no ato deste 1º de maio, em Brasília. Elas denunciaram o jogo escuso para que o processo de impeachment fosse aceito pelo plenário da Câmara, no dia 17 de abril.

“No último dia 17, naquele circo dos horrores, nós mostramos como eles articularam as trevas neste país, a partir de um acordo que pressupõe, dentre outras coisas, a retirada de direitos e a manutenção daquele que fere o decoro parlamentar, a democracia e a própria República. A manutenção de Eduardo Cunha foi fruto da negociação para golpear Dilma Rousseff. É por isso que nós vimos que eles mudaram o conceito do crime

cometido por Cunha, para dizer que ele não mentiu, apenas omitiu informações, o que não enseja cassação de mandato. Nós vimos que tão logo houve um golpe no dia 17, eles disseram que Eduardo Cunha também não teve direito de defesa. É muito paradoxal: um país onde corruptos tentam cassar uma mulher honesta”, discursou a deputada Érika Kokay.

Erro que não justifica o golpe

Figura histórica nos governos petistas, o ex-ministro Gilberto Carvalho participou do Ato Unificado Contra o Golpe em Brasília, nesse 1º de maio. Ele disse que tanto o governo Lula, quanto o governo Dilma não acertaram ao aplicar uma política que favorecesse tanto a elite quanto a classe trabalhadora. “Talvez nossa ilusão fosse achar que eles eram aliados. Eles foram nos apoiando, ou pelo menos nós achávamos que era assim, e nós esquecemos da luta de classe e de desenvolver uma comunicação junto à sociedade, uma comunicação que despertasse a consciência. Mas isso não justifica o golpe”, avaliou.

O caos almejado pela direita, segundo Gilberto Carvalho, aponta para retrocessos, mas também indica mudanças necessárias para dar seguimento à luta em defesa de um Brasil mais justo e igualitário. “Antevejo a possibilidade de uma nova Primavera, através da convergência das forças de esquerda. Precisamos continuar unidos, superando nossas divergências. A crise está gerando um processo de purificação, de correção dos nossos erros. Assim poderemos avançar nas conquistas”, analisou.

Luta incessante

A agenda de ações que se contrapõem ao golpe de Estado e defende a democracia reserva pelo menos mais duas atividades importantes na atual conjuntura.

No próximo dia 3, terça-feira, Brasília receberá a tocha olímpica. Para dar visibilidade à luta em defesa da democracia, neste dia, os trabalhadores estarão às 7h, na

Praça dos Três Poderes.

Já no dia 10 de maio, a classe trabalhadora do DF vai promover o dia nacional de paralisações, chamado pela CUT e frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo. As atividades serão divulgadas em breve.

A atividade do dia 10 precede a análise do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff pelo Senado Federal. Na Casa, primeiro haverá o reconhecimento da denúncia, que, para passar, precisa de maioria simples (41 senadores). Neste caso, Dilma é afastada por 180 dias, inicia-se um julgamento comum, conduzido pelo presidente do STF. Caso a denúncia não seja aceita, o processo é arquivado. Na segunda fase, para um impeachment, é preciso que dois terços da Casa (54 senadores) votem favoráveis ao processo.